

Inutilidade sem fim

JORNAL DA TARDE

JOSÉ NÊUMANNE

23 JUN 1994

A absolvição dos deputados Ézio Ferreira (PFL-AM) e Daniel Silva (PFL-MA) e do senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO) foi recebida com indignação pelos meios de comunicação e por muitos congressistas, que manifestaram sua reação saindo dos locais onde acabavam de incentivar seus companheiros.

A reação deve ser atribuída, em primeiro lugar, ao clima de histeria que se instalou no País desde o processo de **impeachment** contra o ex-presidente Fernando Collor. Foi proclamada uma república de delatores, subitamente guindados à condição de heróis nacionais, e se abriu a temporada de caça ao corrupto, elevando-se a suspeita à condição de evidência e o indício à qualidade de prova. Travou-se um tiroteio verbal cuja munição se sustentava mais nas espoletas dos adjetivos do que na pólvora dos fatos.

“É uma vergonha.” “É preciso passar o Brasil a limpo.” Os **slogans** deixaram as assembleias dos grêmios estudantis para ocupar o horário nobre dos noticiários mais prestigiados da televisão. Da histeria para a hipocrisia o passo foi menor do que a substituição das letras nas duas palavras. Paulo César Farias, o Judas nacional malhado na Quaresma do **impeachment**, chamou a atenção para a atitude hipócrita de seus julgadores, mas evidentemente, ninguém lhe deu

atenção nenhuma. Afinal de contas, o réu não pode ocupar o lugar do promotor.

Mas a hipocrisia voltou à cena na semana passada. Terminadas as votações que absolveram o senador e os dois deputados, seus julgadores representaram a pantomina da indignação. Havia muito mais gente irritada com o resultado final do que votos em

outro, o espírito corporativista do Congresso.

Na semana passada prevaleceu o corporativismo. Não se trata de uma exceção pouco honrosa, mas de uma regra, menos honrosa ainda. Até porque não resulta da maldade inata de homens, mas da carência das instituições. O Congresso Nacional se tornou realmente um clube fechado, uma

O CONGRESSO NACIONAL SE TORNOU REALMENTE UM CLUBE FECHADO, UMA CORPORAÇÃO.

favor da cassação dos três “anões do Orçamento”. A encenação é um jogo político de interesse. Hipócrita, ela serve também à histeria, pois a eleição está aí mesmo e ninguém quer perder votos, admitindo ter votado contra a sede de sangue da opinião pública, que quer ver os acusados punidos, haja ou não provas contra eles.

Evidentemente, tudo isso é uma vergonha. Mas ninguém pode alimentar a ilusão de que se vá passar o País a limpo com julgamentos nos quais ninguém leva a sério os fatos. Neles o que se disputa mesmo é saber o que pesa mais: a solicitude do parlamentar em relação à opinião pública para garantia da renovação de seu mandato, de um lado. De

corporação, dentro da qual seus membros tratam de resolver, em primeiro lugar, os interesses pessoais, de grupos e da casta, deixando para última instância suas obrigações de representante da vontade política majoritária da Nação.

Este não é um defeito congênito do regime democrático, mas o resultado da associação perversa de fatores endógenos das instituições políticas brasileiras: o voto proporcional, que mantém o representante afastado do representante, é um desses fatores. A obrigatoriedade de votar, os conchavos da elite, tornados possíveis graças ao voto de legenda, e, sobretudo, as distorções de representação permitidas pela esdrúxula matemática (des)proporcio-

nal da distribuição das bancadas federais dos Estados são outros. A ordem de tais fatores não altera o produto, sempre nefasto para a democracia, ainda frágil no Brasil.

O clima de histeria já saiu do ponto de fervura e ficou mais morno, como provam a pífia e inócua indignação provocada pela absolvição em cadeia dos parlamentares perdoados na semana passada. Mas a hipocrisia continua absoluta e reinante, conforme comprovam as reações de muitos congressistas que se aproveitam da condição secreta de seu julgamento para fingir exatamente o contrário do que pensam.

Mais grave ainda é o fato de permanecerem as condições para a continuidade do espetáculo circense do funcionamento dos Poderes republicanos no Brasil. Novos deputados corruptos serão eleitos. Muitos passarão incólumes, outros serão denunciados e julgados. Desses, alguns cassados e outros absolvidos. O necessário processo de depuração do Congresso Nacional será, assim, infinito e inútil.

O AUTOR

José Nêumanne,
jornalista
e escritor,
é autor de
Reféns do Passado.

